

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.409.420 - MG  
(2018/0319303-2)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**EMBARGANTE : MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA RAUSCH**  
**ADVOGADOS : FREDERICO GONÇALVES BENTO - MG100641**  
**CELSO SOARES GUEDES FILHO - MG045383N**  
**EMBARGADO : GIOVANA GUSMAO RAUSCH**  
**EMBARGADO : WANESKA GUSMAO RAUSCH**  
**EMBARGADO : SHEILA GUSMAO RAUSCH CARVALHO**  
**ADVOGADO : GENIVALDO AROLDO DE OLIVEIRA LIMA - MG037090N**

**DECISÃO**

Trata-se de embargos de declaração opostos por MARIA DAS GRAÇAS ALMEIDA RAUSCH à decisão de fls. 506/507, que não conheceu do recurso.

Sustenta a parte embargante que:

O v. decisum monocrático de e-STJ Fl.506 e 507, ora embargado de declaração, declarou a intempestividade do Agravo em Recurso Especial de e-STJ Fl.482 a 491; julgamento equivocado, fruto de omissão quanto a importantes aspectos do presente processo, data maxima venia.

[...]

Renovando vênias, tem-se que uma atenta e integral leitura dos autos permite concluir, com inabalável certeza, que a v. decisão monocrática ora embargada de declaração, ao declarar ou pronunciar a intempestividade do Agravo em Recurso Especial de e-STJ Fl. Fl.482 a 491, deixou de verificar a existência dos Embargos de Declaração de e-STJ Fl.439 a 445, este interposto a tempo e modo (interposição por protocolo postal em 23.05.2018, cf. e-STJ Fl.439 e e-STJ Fl.444) contra a v. decisão monocrática estadual de e-STJ Fl.433 e 434, esta publicada em 18.05.2018, cf. e-STJ Fl. 437.

Os referidos Aclaratórios foram julgados pela v. decisão monocrática de e-STJ Fl.462 a 467, esta publicada em 14.09.2018, cf. certidão de e-STJ Fl. 468; tempestivo, portanto, o Agravo em Recurso Especial de e-STJ Fl.482 a 491, este protocolizado em data de 18.09.2018, por meio do serviço de protocolo postal, cf. e-STJ Fl.479, estando obedecido o prazo recursal legal de 15 dias úteis (fls. 512/514).

Requer o conhecimento e acolhimento dos embargos declaratórios para que seja sanado o vício apontado.

A parte embargada foi devidamente intimada para contra-arrazoar estes aclaratórios.

É o relatório. Decido.

Nos termos do art. 1.022 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração destinam-se a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão e corrigir erro material eventualmente existentes no julgado, o que não se verifica na hipótese.

O STJ pacificou o entendimento de que a interposição de recurso manifestamente incabível não interrompe o prazo recursal.

Na espécie, os embargos de declaração (fls. 439/445) opostos à decisão que inadmitiu o recurso especial não são o recurso adequado, ou seja, não interrompem o prazo para a interposição do agravo em recurso especial, único recurso cabível no caso.

Confiram-se precedentes aplicados, inclusive, a agravos interpostos já na vigência do novo CPC:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. RECURSO INTEMPESTIVO. SUSPENSÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS NO TRIBUNAL ESTADUAL. COMPROVAÇÃO POR DOCUMENTO IDÔNEO NÃO DEMONSTRADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS CONTRA O JUÍZO NEGATIVO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL PELA INSTÂNCIA ORDINÁRIA. RECURSO MANIFESTAMENTE INADMISSÍVEL. NÃO INTERRUPTÃO DO PRAZO RECURSAL. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Aplicabilidade do novo Código de Processo Civil, devendo ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Nos termos da jurisprudência desta Corte, eventual suspensão do prazo recursal, decorrente de ausência de expediente ou de recesso forense, feriados locais, entre outros, nos tribunais de justiça estaduais, deve ser comprovada por documento idôneo.

3. O único recurso cabível da decisão de admissibilidade do recurso especial é o respectivo agravo, razão pela qual a oposição de embargos de declaração não tem o condão de interromper o prazo recursal.

4. Agravo interno não provido. (AgInt no AREsp n. 1.009.335/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 21/3/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO QUE INADMITIU O ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INTERRUPTÃO DO PRAZO. INOCORRÊNCIA.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC" (Enunciado Administrativo n. 3).

2. Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, a

interposição de recurso manifestamente incabível não interrompe o prazo recursal.

3. No caso, os embargos de declaração, opostos contra a decisão que inadmitiu o recurso especial, não são o recurso adequado ou cabível à espécie. Precedentes.

4. "O único recurso cabível da decisão de admissibilidade do recurso especial é o respectivo agravo, razão pela qual a oposição de embargos de declaração não tem o condão de interromper o prazo recursal" (AgInt no AREsp 866.081/SP, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 09/03/2017).

5. Hipótese em que a parte agravante foi intimada da decisão agravada em 14/06/2016, revelando-se intempestivo o agravo manejado no dia 24/08/2016.

6. Agravo interno desprovido. (AgInt no AREsp n. 1.002.982/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 16/5/2017.)

Por fim, a pretensão de rediscutir matéria devidamente abordada e decidida no *decisum* embargado evidencia mera insatisfação com o resultado do julgamento, não sendo a via eleita apropriada para tanto. Nesse sentido: EDcl no AgRg nos EREsp n. 1.315.507/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, DJe de 28/8/2014.

Assim, não há irregularidade sanável por meio dos presentes embargos, porquanto toda a matéria submetida à apreciação do STJ foi julgada, não havendo, na decisão embargada, os vícios que autorizariam a utilização do recurso – obscuridade, contradição, omissão ou erro material.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração e advirto a parte embargante de que a reiteração deste expediente ensejará o pagamento de multa de 2% sobre o valor atualizado da causa, porque os próximos embargos que tratem do mesmo assunto serão considerados manifestamente protelatórios (art. 1.026, § 2º, do CPC).**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente